

Recensões Bibliográficas

Raquel Pereira Henriques, *Discursos legais e práticas educativas. Ser professor e ensinar História (1947-1974)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010. (452 páginas + CD-ROM, €30)

O livro em análise, da autoria de Raquel Pereira Henriques, corresponde à publicação sua tese de Doutoramento, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa em 2007 e defendida em Abril do ano seguinte.

Trata-se, assim, de uma obra de cariz académico o que, conseqüentemente, leva a que a sua estrutura interna tenha uma organização de acordo com essas características. É, por isso, constituída por prefácio (da autoria de Maria Cândida Proença), agradecimentos, introdução, quatro capítulos/partes, conclusão, fontes e bibliografia e complementada por um CD-ROM com os anexos documentais (que correspondem ao segundo volume da tese defendida).

Na introdução, é indicado o objectivo deste trabalho (perceber como era o ensino da História nos Liceus em Portugal), limites cronológicos (de 1947 até 1974), sua justificação e o objecto central, ou seja, os professores (responsáveis pela aplicação prática das reformas educativas e curriculares). São também indicadas algumas limitações (ligadas ao conceito de *caixa negra* e à proximidade da autora em relação ao tema), metodologias de investigação utilizadas e fontes (onde, entre outras mais comuns em investigações ligadas a este campo, se destacam dois arquivos particulares, o arquivo da Escola Secundária de Pedro Nunes e a entrevista a seis professores de História, escolhidos de acordo com critérios pertinentes) e uma exaustiva bibliografia ligada à temática.

A primeira parte da obra, “Em torno da Escola”, subdividida em dois subcapítulos, é, essencialmente, uma continuação da introdução, onde a autora dá conta de algumas das suas inquietações sobre o ensino português.

Assim sendo, no primeiro subcapítulo, são destacadas algumas das realidades vividas actualmente pelo ensino português: os esforços financeiros empreendidos na tentativa de desenvolver não têm produzido os resultados esperados e não permitiram compensar o atraso em relação a outros países da OCDE; a imprensa portuguesa destaca, sobretudo, os maus resultados alcançados pelo ensino português nos vários índices internacionais; e a incapacidade da escola se adaptar “às novas necessidades” e mutações da sociedade, carecendo, por isso, de uma reforma estrutural, feita com a integração dos sujeitos educativos para que estes não a desvirtuem e mantenham a situação antecedente.

No segundo subcapítulo, é destacado que em Portugal as reformas educativas não resultam em rupturas, pois os princípios que elas definem são difíceis de impor no momento e são logo controlados por outras indicações vindas do poder central sobre o que se dever fazer (com receio de perder o controlo), originando assim princípios orientadores que só serão concretizados no futuro e que todas as restantes reformas devem respeitar e ter em conta. Para além disso, destaca ainda a autora que as reformas curriculares permitem perceber a importância dada a cada disciplina pelo poder central e que, conseqüentemente, a reforma de 2001 indica uma perda de importância da disciplina de História (a qual divide, no terceiro ciclo, os tempos lectivos com a Geografia).

A segunda parte da obra, “Poder político, Universo ideológico e Disciplina Liceal de História”, é dividida em seis subcapítulos, que descrevem como os vários tipos de poder político, entre a Primeira República e a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, tentaram “propagandear-se” através do ensino (destacando o papel da disciplina de História), dividindo essa análise por vários períodos cronológicos que dão título aos vários subcapítulos.

Assim, nestes seis subcapítulos da obra, traça-se a seguinte realidade da educação Portuguesa: na Primeira República introduziram-se metodologias modernas (por exemplo as da “Escola Nova”) que também visavam fins políticos (como, por exemplo, criar um “Homem Novo” e afastá-lo das influências da Igreja); entre a Ditadura Militar e a década de 1960, o ensino voltou a metodologias tradicionais para a transmissão das ideologias políticas, saindo a disciplina de História beneficiada, uma vez que ganha mais relevo dentro do currículo; nas décadas de 1960 e 1970 começam-se a introduzir metodologias educativas inovadoras que tentaram responder ao aumento da população no ensino e auxiliar o desen-

volvimento do país, as quais foram encontrando resistências políticas e económicas e têm o seu ponto áureo com o Ministro Veiga Simão (1970-1974); no após 25 de Abril, mesmo não se desperdiçando o que havia sido feito nos anos anteriores, promoveram-se várias reformas (algumas devido à influência da “esquerda revolucionária”, aproximando o programa de História dos conceitos marxistas), mudou-se várias vezes a estrutura curricular do ensino (em função das forças políticas no poder) e existiram vários avanços e recuos que estabilizaram apenas com a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, considerado o “documento orientador” para o futuro do ensino português.

Na terceira parte, “O Ofício”, é analisada, ao longo de cinco subcapítulos, a formação dos professores de História durante o período em análise.

Nos dois primeiros subcapítulos, é feita uma introdução ao tema pois, no primeiro, a autora refere as dificuldades levantadas à prática docente e, no segundo, descreve-nos como foi a evolução da formação dos professores desde o início do século XX.

Analisa, então, esse período, dando conta de uma licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas e de um primeiro ano do Curso de Ciências Pedagógicas (que garantia a profissionalização dos professores) demasiado teóricos. A vertente prática era deixada para os dois anos destinados ao estágio pedagógico nos Liceus Normais (de difícil acesso e conclusão devido ao exames a que estavam sujeitos).

No terceiro subcapítulo a autora faz então uma análise detalhada sobre a formação dos professores durante os dois anos de estágio, indicando como era o meio em que eram inseridos, como eram avaliados, quais eram os seus horários, que serviços tinham de fazer, entre outros detalhes que nos permitem perceber a dificuldade de obter a profissionalização neste período.

No quarto subcapítulo, a autora aborda, através dos relatórios realizados pelos professores estagiários e pelos não efectivos, o modo como estes viam a sua profissão, detectando, para além do receio, uma vez que seguiam o que estava estipulado para o ensino pelo poder central, o domínio dos avanços pedagógicos da *Escola Nova* e os pretextos que encontravam para não os concretizarem (excesso de alunos, entre outras).

No último subcapítulo desta parte da obra, são analisadas as várias mudanças na formação dos professores vividas a partir de 1969 e as várias críticas geradas, sendo de destacar a reflexão crítica da autora daquilo que deveria ainda ser alterado nos nossos dias, particularizando a necessidade de se iniciar a vertente prática mais cedo e de se desenvolver a capacidade de análise e reflexão dos futuros professores.

A quarta parte desta obra, “Práticas Educativas”, analisa, ao longo de três subcapítulos, o ensino do período em estudo, socorrendo-se, para isso, dos relatórios dos professores e da imprensa pedagógica.

No primeiro subcapítulo analisa os espaços e os tempos destinados ao ensino, destacando que os espaços não variavam muito entre as diferentes disciplinas, mas que eram concebidos para salientarem a hierarquia dentro da sala de aula (professor numa posição elevada em relação aos alunos) e mesmo os tempos, que serviam para “ritualizar” a vida escolar, nunca se alteraram, apesar de alguns pedidos dos professores, o que dificultava, em parte, algumas experiências pedagógicas.

No segundo subcapítulo aborda a prática lectiva e organiza-a em volta das três etapas do ensino: o diagnóstico, onde refere os problemas detectados pelos professores para o ensino da sua disciplina (referindo, contudo que a avaliação de diagnóstico só passa a ser reivindicada como fundamental na década de setenta); a criação e a execução, onde a autora refere quais eram os recursos educativos utilizados na sala de aula, a sua evolução, o modo como foram utilizados e o tipo de actividades pedidas aos alunos; a avaliação, onde descreve um processo essencialmente sumativo e tradicional (que começa a alterar-se na década de setenta), justificado pela necessidade de aprovação no exame final de cada ciclo (com essas características) pelo qual os alunos, e eles próprios, eram avaliados.

Na conclusão da obra, a autora destaca que o ensino da História se tem caracterizado por nove permanências, que se podem resumir da seguinte forma: tensões existentes no ensino; papel dos professores e suas limitações; modo como os professores justificam as dificuldades da sua actividade profissional; críticas apontadas ao ensino e à concretização das reformas educativas.

Realça, também, o facto de as propostas feitas pelos professores nos seus relatórios e artigos da imprensa pedagógica terem constituído, sobretudo, apelos que não foram acompanhados pelas

mudanças e transformações necessárias. Por isso, defende que quando se deu a massificação do ensino surgiram reflexões, experiências pedagógicas e alterações das práticas educativas, mas estas não foram acompanhadas pelas “prescrições programáticas” (devido, por exemplo, a constrangimentos financeiros) levando ao regresso ao “modelo organizativo tradicional”.

Outra conclusão relevante é a de que os professores perceberam que só com uma boa formação seriam ouvidos e podiam intervir publicamente sobre o sistema educativo e por isso tornaram a necessidade de uma formação de professores de excelência a sua proposta unânime e essencial.

Deve ainda ser salientado o CD-ROM em anexo na obra, onde estão presentes vários elementos e fontes utilizadas para a sua concretização, destacando-se as reflexões dos professores estagiários do Liceu Normal Pedro Nunes e a análise resumida dos programas de História do ensino liceal entre 1926 e 1986.

Como conclusão, pode-se apontar que esta obra cumpriu os objectivos a que se propôs, ou seja, analisou o ensino liceal de História entre 1947 e 1974 e fê-lo utilizando essencialmente o olhar dos professores (sobre a sua formação, sobre a prática educativa, sobre as reformas e sobre as alternativas que foram propondo). Trata-se, também, de uma obra que, sendo de carácter académico, abre ainda linhas de investigação para outros estudos, por exemplo, para uma análise dos recursos educativos utilizados no ensino da História que, tendo abordado, não aprofundou, para não se afastar do objectivo central do estudo.

Bruno Pinheiro

Doutorando em História pela Universidade do Porto

Investigador do CITCEM

(Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço, Memória”)

Luís Alberto Marques Alves; Pedro Rodrigues de Sousa; Teresa Torrinhos Morais; Francisco Miguel Veloso Araújo, *Ensino Técnico (1756-1973)*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2009. ISBN 978-972-729-065-9. (141 páginas + CD-Rom, €15,14)

A obra *Ensino Técnico (1756-1973)* insere-se na colecção *O Estado e a Educação em Portugal – Sécs. XVIII a XX*, editada pelo Ministério da Educação (dirigida por Jorge Ramos do Ó). Este volume, dedicado ao ensino técnico, é coordenado por Luís Alberto Marques Alves, professor associado com agregação do Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), com a colaboração de Pedro Rodrigues de Sousa e Teresa Torrinhos Morais, actualmente estudantes de doutoramento da FLUP, com projectos sobre os Institutos Industriais e Comerciais, e Francisco Miguel Araújo, mestre em História e Educação.

A obra começa com uma *nota de abertura*, seguindo-se uma apresentação histórica do tema, dividida em dois artigos: *Ensino Técnico – uma necessidade ou uma “falácia”?* – *Notas para a compreensão da filosofia do ensino técnico em Portugal* e *O ensino técnico dos institutos industriais e comerciais em Portugal – breve panorama sobre as principais reformas (1853-1973)*. Na parte final do livro, os autores compilam uma *Antologia* de frases e pensamentos sobre o ensino técnico, e onze páginas de *Bibliografia sobre o ensino técnico em Portugal*. No CD-Rom anexo, apresentam-se *Materiais diversos para o estudo do Ensino Técnico*.

Na *nota de abertura* os autores começam por justificar a ausência de alguns assuntos inicialmente pensados (ensino artístico e curiosidades comportamentais e disciplinares dos alunos do ensino técnico), tendo em atenção a dimensão prevista para os volumes da colecção. Apresentam, de seguida, uma síntese do livro, esclarecendo o leitor sobre os objectivos estabelecidos para a sua organização: divulgar resultados obtidos pelos autores em investigações anteriores, e partilhar “produtos inacabados”, sugerindo pistas para futuros investigadores. Trata-se, pois, de uma obra de elevado cariz pedagógico, visível na *antologia* de textos sobre o ensino técnico, na apresentação da bibliografia específica, e na partilha de variados materiais de trabalho (como veremos adiante), a que se alia o texto de divulgação de resultados patente nos dois artigos que servem de desenvolvimento do livro.

Nas páginas de desenvolvimento começamos por encontrar o artigo *Ensino Técnico – uma necessidade ou uma “falácia”?* – *Notas para a compreensão da filosofia do ensino técnico em Portugal*, onde, numa perspectiva diacrónica, se tenta mostrar a evolução deste subsistema de ensino, desde a sua criação até ao início do presente século, subdividido em três partes.

A primeira parte, datada desde a criação do ensino técnico (século XVIII) até ao início do século XX, é o período em que se verifica um papel reduzido das corporações em formar os seus membros e a crescente consciencialização, por parte do Estado (sobretudo na segunda metade do século XIX), da importância da formação profissional para o desenvolvimento do país. A segunda parte contempla os períodos históricos da 1.ª República e do Estado Novo, onde se regista uma maior adequação do ensino técnico às necessidades do país (sobretudo nas reformas de 1918 e 1948), levando ao crescimento da rede de escolas e, acto contínuo, ao aumento de alunos matriculados. Paralelamente, verifica-se um estreitamento da ligação entre a formação profissional e a formação intelectual, originando a introdução de disciplinas humanísticas nos currículos do ensino técnico, e a criação de um ciclo preparatório de dois anos (reforma de 1948), o qual funcionou como “antecâmara do alargamento da escolaridade obrigatória”, que aconteceu, de facto, a partir de 1968/1969. A terceira parte condensa o período do após 25 de Abril, num ensaio sobre o papel desempenhado pelo ensino técnico desde a unificação do ensino secundário definida pela Reforma de Veiga Simão (1973), passando pela (re)criação dos cursos profissionais (1983) até à aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), e à consequente aposta do sector privado nas promoções das escolas profissionais. Para além de bibliografia específica, a elaboração deste texto teve como fontes a documentação oficial dos diferentes períodos históricos (diplomas legais que reorganizaram o ensino técnico, relatórios de reforma, anuários estatísticos), de onde foi possível extrair dados que permitiram traçar a filosofia adjacente ao ensino técnico.

O segundo artigo – *O ensino técnico dos institutos industriais e comerciais em Portugal – breve panorama sobre as principais reformas (1853-1973)* – apresenta-nos a história dos institutos industriais e comerciais portugueses (Lisboa, Porto e Coimbra), tendo como pano de fundo as principais reformas decretadas pelos sucessivos governos, aliadas a documentação original destes estabelecimentos (mais concretamente, ao do Porto) depositada nos arquivos das instituições a que deram origem. Também este artigo se divide em três partes, de acordo com os períodos históricos em que estas escolas se desenvolveram.

A primeira parte, sobre o período da Monarquia Constitucional, inicia-se em 1852/1853, com a criação do Instituto Industrial de Lisboa e da Escola Industrial do Porto, passando depois em revista as principais reformas que tocaram no ensino destes estabelecimentos: 1864 (uniformização do ensino nos institutos de Lisboa e Porto, e criação de ensino elementar noutras cidades), 1869 (transformação do instituto de Lisboa em Industrial e Comercial), 1886 (introdução do ensino comercial no instituto do Porto e reforma global do ensino técnico), 1891 (adaptações nos cursos industriais, gerais e comerciais), e 1898 (reorganização da escola de Lisboa).

Na segunda parte, dedicada aos dezasseis anos da 1.ª República, e fruto das ideias sobre o ensino técnico imbuídas na legislação, o texto dos autores apresenta menos dados meramente estruturais e funcionais, e mais ideias sobre as pretensões dos republicanos para os institutos superiores. Estes foram remodelados por decreto de 23 de Maio de 1911, com a divisão do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa nos Institutos Superior Técnico e Superior de Comércio, havendo ainda legislação avulsa sobre a regulamentação destes cursos até 1918. Nesse ano, a reforma de Azevedo Neves para o ensino técnico reorganiza e reformula o ensino médio e superior ministrado nos institutos de Lisboa e do Porto (aos quais se juntaria instituição homóloga em Coimbra, a partir de 1921).

Na mesma directriz metodológica encontramos a terceira parte, sobre o Estado Novo. A novidade da passagem da tutela da Direcção-Geral do Ensino Técnico (transferida do Ministério do Comércio para o Ministério da Instrução Pública em 1929) é encarada como uma nova fase para o ensino dos institutos, que vêem os seus cursos e estatutos reformados em 1931. Na reforma de 1947 há uma nova reestruturação destes institutos e a criação de novos títulos profissionais que estes concediam (alterados posteriormente em 1951). Em 1965 volta a existir ensino médio em Coimbra, depois da sua extinção em 1926. Com Veiga Simão na pasta da Educação, evidencia-se uma nova fase para os institutos: primeiro com o aumento da

oferta – criação de uma secção do instituto do Porto em Aveiro, decretada em 1971 – e em 1973 com a transformação dos Institutos Técnicos em Institutos Superiores Politécnicos, que viria a acontecer depois da revolução, com a conversão dos Institutos Industriais em Institutos Superiores de Engenharia (Dezembro de 1974) e dos Institutos Comerciais em Institutos Superiores de Contabilidade e Administração (Maio de 1976).

Na *Antologia* os autores procuraram elencar de uma forma cronológica (nem sempre respeitada) frases retiradas de leis, revistas da especialidade, e mesmo de académicos ou estudiosos do tema, numa primeira parte, e excertos de discursos proferidos nos debates parlamentares, numa segunda parte. Pretendeu-se que estas passagens representassem o pensamento sobre importância e o papel do ensino técnico na sociedade e na política de cada período, num esforço de mostrar o seu “sentido intemporal”.

A última parte do livro, *Bibliografia sobre o ensino técnico em Portugal*, começa por apresentar ao leitor um texto que sintetiza as principais obras sobre o tema, portuguesas e estrangeiras. Como complemento a este texto, aparece um rol bibliográfico, subdividido pelos vários ramos do ensino técnico (geral, industrial, comercial e agrícola), composto exclusivamente por trabalhos académicos (teses de mestrado e doutoramento), a que se deve juntar a bibliografia especificamente utilizada nos dois artigos da *Apresentação Histórica*. Destaque ainda para as referências a auxiliares de pesquisa existentes (em papel, e on-line), bem como a fontes impressas sobre o ensino técnico, em geral, pouco trabalhadas.

De considerável interesse e utilidade é o CD-Rom, *Materiais diversos para o estudo do Ensino Técnico*. Para além dos anexos aos artigos do corpo de trabalho (organigramas sobre as reformas do ensino, e relatórios preliminares dessas mesmas reformas), os autores partilham materiais de trabalho sobre o ensino técnico, destacando-se as bases de dados em formato MS Excel dos artigos publicados no Boletim “Escolas Técnicas”, das intervenções parlamentares sobre o ensino técnico, do rol de legislação publicada, e ainda a rede de escolas deste subsistema de ensino. Estes produtos constituem uma excelente ferramenta de trabalho, servindo de ponto de partida para eventuais investigadores desta área, e como um tira-dúvidas essencial para quem já investiga sobre o ensino técnico.

Entendemos, pois, que o livro *Ensino Técnico (1756-1973)* atinge os objectivos a que se propôs, divulgando conhecimento histórico sobre o ensino técnico português, apontando metodologias de análise e de investigação, sugerindo caminhos pouco estudados para novos investigadores, e partilhando informações e recursos de trabalho que facilitam a investigação. Com um sentido claramente mais pedagógico (e até mesmo didáctico) do que académico, esta obra enquadra-se perfeitamente nos objectivos na colecção em que se insere, e que se podem ler na sua contra-capá: “procuram servir de guia inicial aos alunos universitários (...) e de síntese para o grande público”.

Marcelo Magalhães

Doutorando em História pela Universidade do Porto

Investigador do CITCEM

(Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço, Memória”)

Jürgen Schriewer (ed.), *Remodelling Social Order. Through the Conquest of Public Space: Myths, Ceremonies and Visual Representations in Revolutionary Societies. Comparativ*, 2/3, 2009 (Leipzig: Leipziger Universitätsverlag, 270 p.).

O número 2/3 da Revista *Comparativ*, que aqui analisamos, coordenada por Jürgen Schriewer, compreende, na secção temática (em versão inglesa), um conjunto de oito estudos comparativos em torno do conceito de “*Pedagogia Cerimonial*”, examinando a sua aplicação em contextos de sociedades pós-revolucionárias, cujo conteúdo procuraremos problematizar nas linhas a seguir.

Na sua estrutura, a revista integra ainda, em alemão, um ensaio dedicado ao comércio escravo enquanto transgressão do encontro de gentes, revisões de livro (dezoito recensões) e contactos de autores.

A Revista *Comparativ* é um canal de comunicação e de divulgação de investigação, assumindo-se como fórum especializado para abordagens de análise comparada da história e da sociedade global,

que aborda as diferenças e considera também as semelhanças, operando com base na interação, competição, cooperação, observação e contributos mútuos, transferência e mudanças, em termos sociais, culturais, políticos, económicos, jurídicos, discutidos e abordados segundo determinada ordem – em línguas alemã, inglesa e francesa, em resultado de um processo de mudança metodológica da iniciativa da Rede Europeia na História Universal e Global (European Network in Universal and Global History – ENIUGH) da Universidade de Leipzig.

Com credenciais nesta matéria, Jürgen Schriewer é um especialista em história comparada, Professor na Universidade de Humboldt de Berlim e director do Centro de Educação Comparada da mesma universidade, que entre 1992 e 1996 foi presidente da Comparative Education Society in Europe (CESE). É especialista em domínios de pesquisa na área da investigação histórico-comparativa dos processos de internacionalização e mundialização da educação e no campo da teoria e história da investigação comparativa nas ciências sociais e, muito especialmente, no campo das ciências da educação.

Enquanto autor de referência internacional no campo da Educação Comparada, coordenou várias obras (como *Comparative Methodologies in the Social Sciences*, *Comparative Education*, Número Especial, nº 32, Agosto 2006, *Transnational Intellectual Networks. Forms of Academic Knowledge and the Search for Cultural Identities*, Frankfurt am Main e New York: Campus, 2004., *Discourse Formation in Comparative Education*; Peter Lang, 2003), e colabora como convidado, em diversas universidades. Em Portugal, participou, com a Universidade de Lisboa, no programa financiado pela União Europeia PRESTiGE (Problems of Educational Standardization and Transitions in a Global Environment) do qual fez igualmente parte a Universidade de Humboldt. Das suas obras publicadas em língua portuguesa, destacamos: *Formas de Externalização no Conhecimento Educacional*, Educa, Cadernos Prestige nº 5; e “Estados-Modelo e Sociedades de Referência: Externalização em Processos de Modernização”, em António Nóvoa e Jürgen Schriewer (eds.), *A Difusão mundial da escola: Alunos. Professores. Currículo. Pedagogia*, Educa, Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, pp. 103-120.

Nesta edição, 2/3 de 2009, da Revista Comparativ Jürgen Schriewer introduz o tema recordando características relativas ao conceito *pedagogia cerimonial*¹. Por um lado, a etimologia dos vocábulos “pedagogia” e “cerimonial” que, na óptica deste especialista, não constitui tópico ou objecto de estudo da educação ou das ciências sociais (por não constar de léxicos, enciclopédias ou outros manuais das ciências sociais e ou políticas). Por outro a aproximação ao sentido pretendido é feita, sobretudo, pelos conceitos «cerimónia» e «estudos cerimoniais» encontrados em dicionários de Filosofia, em que *cerimónia* depende de uma sequência de acções humanas que representam simbolicamente uma ordem determinada (representação) e encenando essa ordem para uma audiência determinada. A explicação do conceito é, contudo, necessariamente posterior ao respectivo uso, pelo que o conceito vale sua aplicabilidade em contextos concretos e perfeitamente enquadráveis «*While these explanations are still strongly focused on the pré-modern period, they already introduce key defining elements to what will subsequently manifest itself in specific historical contexts in practices of “ceremonial pedagogy”*» (p. 9).

Estudos históricos sobre a Revolução Francesa dão origem ao conceito de *pedagogia cerimonial* gizando a aplicação pedagógica espacial do facto ou evento e o conjunto de mensagens sensoriais (sobretudo visuais) propostas pelo Estado para inculcar nas multidões, por encenação, um novo conhecimento. Evoca o *Project d’Éducation Nationale*, apresentado pelo pastor protestante Jean-Paul Rabaut Saint-Etienne, em Dezembro de 1792, na Convenção Nacional (França), para expor a dissemelhança entre a instrução pública e a educação nacional. Centrado na última refere, que a *educação nacional* reclama *circo, ginásio, espaço público, celebrações nacionais e interacção (fraternal, de ambos os sexos e de várias idades)* – onde entra também a instrução pública – em espaços e ambientes apelativos e impressivos para a sociedade. Na educação nacional, tal como Saint Etienne advogava, as intenções da *pedagogia cerimonial* contribuem para influenciar multidões e orientar os respectivos conhecimentos.

¹ Tradução livre.

Quanto aos estudos comparativos e à sua relevância, Jürgen Schriewer considera-os propensos a analisar as funções que cumprem a cada um dos meios utilizados pela *pedagogia cerimonial* e o sentido estético, formas de representação e novas concepções da ordem social base, ou seja, um foco no estudo instrumental da *pedagogia cerimonial* examinando a respectiva forma de trabalhar com vista à disseminação de programas legitimadores dos mitos e ideologias e do estabelecimento destes para a re-socialização das pessoas. Para tal, a *pedagogia cerimonial* é analisada mais na vertente cultural, em que se socorre de enorme conjunto de estruturas simbólicas, espaços, representações sociais, indivíduos e grupos comprometidos com a mudança (p. 14).

Neste livro, no estudo da utilização da unidade de análise, apresentam-se três casos que têm em comum o cunho revolucionário de sociedades em transformação. São eles o Japão Meiji após 1868 até 1912, a União Soviética no período de entre guerras (1917 a 1941) e o México no período entre 1924 e 1940. O autor sugere que outros casos poderiam ser incluídos, afirmando que os mais comuns, com linhas gerais mais acentuadas, são os que resultam de contextos revolucionários, facilitando a comparação e podem ser descritos, em termos genéricos, por aspectos como a re-socialização de multidões em contextos excepcionais; a mobilização social e homogeneização cultural; imperativos de modernização em curtos horizontes temporais; múltiplas motivações para a utilização da *pedagogia cerimonial*; e actores e níveis de actores em “choque de representação” (pp. 19-24).

Nos parágrafos seguintes procuraremos seguir algumas das linhas de argumento da obra, apontando aspectos pontuais da análise de cada capítulo, alguns dos quais mostrando ilustrações evocativas das experiências e sentimentos objecto do estudo.

A transformação encetada no Japão, após 1868, que resultou na construção de uma nova identidade, moderna e unificada, constitui tema de três capítulos. A utilização de inúmeras estratégias na política de integração nacional, entre as quais as estátuas em bronze em espaços públicos, representando heróis nacionais, figuras populares da história e do moderno Japão (não sem oposição de alguns cidadãos por se estar a imitar um costume típico do ocidente), equivale ao artigo assinado por Sven Saaler (Men in Metal: Representation of the Nation on Public Space in Meiji Japan, 1862-1912, pp. 27-43). Como alternativa à imprensa, que estava inacessível a grande parte da população do Japão de então, as estátuas e a utilização de símbolos da nação, associados à memória histórica, evocam um sentido de proximidade, de pertença e de identidade, e o facto de se localizarem em espaços públicos – numa lógica de educação pública – corrobora a lealdade para com o estado-nação e respectivas instituições. Também o sistema de educação nacional, introduzido pelo governo Meiji, une referências a procedimentos estrangeiros (ocidentais), métodos, curricula com educação e tradição japonesas. Shin'ichi Suzuki / Kazuhiko Yamaki (Shin'ichi Suzuki / Kazuhiko Yamaki, Transforming Popular Consciousness through the Sacralisation of the Western School: The Meiji Schoolhouse and Tennō Worship, pp. 44-77) acrescentam, no terceiro capítulo, que no centro e na periferia, escolas e professores desempenham o papel que as autoridades políticas querem. As escolas do Estado e os santuários estatais, Shinto, fazem querer que o governo central está determinado na forma de ver o campo educativo, e poucos ousam criticar os objectivos da educação que visa desenvolver um físico forte, a luta militar, a lealdade e a fidelidade de cada um para com país e ancestrais. A visibilidade e, ao mesmo tempo, a indivisibilidade do Imperador e da Imperatriz contribuem para que o povo japonês se ajuste a uma nova cultura, fundada a partir dos princípios de um sistema imperial que se revigorou com a Revolução Meiji.

A Revolução Meiji, em 1868, marca ainda o início de uma radical transformação na sociedade japonesa e o recurso a um variado número de instrumentos psicossociais que contribuem para consumir mudanças estruturais como, por exemplo, o estabelecimento de um sistema de educação nacional. A primeira exposição nacional do Japão, ocorrida em 1877, tem a marca da ruptura em três aspectos, a saber: no sistema de conhecimento, no nível económico e comportamentos de consumo e, ainda, ao nível meramente político, na ruptura e na representação da nação unificada. Inspiradas nos modelos do Ocidente, a realização de exposições no Japão provoca duas reacções, aparentemente contraditórias, ruptura e continuidade. O estudo de Daniel Hedinger (Showcases of Revolution Transformation: Exhibitions in the Early Meiji Period, pp. 78-102), quarto capítulo, centra-se neste modelo de actividade abraçado

pelas elites relevantes – as políticas culturais das exposições. O autor prova como as exposições culturais japonesas e as suas práticas – realizações com poder de exemplo – contribuíram para as mudanças culturais verificadas naquela nação entre 1860 e 1880.

O exemplo de um homicídio ocorrido em 1925, numa aldeia do distrito de Dzharkert no Kyrzyzstan, que poderia ter acontecido em qualquer outra região do Este Soviético – envolvendo dois membros da comunidade que estrangularam a cunhada, viúva, por se ter recusado a casar com o irmão mais velho do falecido, como era o costume – acabou tratado como crime político por atentar contra o ideal socialista (p. 104), sendo o socialismo de Lenine entendido como sinónimo de europeização da velha Rússia. Trabalho de alguns intelectuais que acaba por se transformar em projecto imperial, após a guerra civil, perante o extenso poderio multinacional. O exemplo introduz o tema do quinto capítulo, e Jorg Baberowski (Bolshevik Modernity in Collision with Islamic Culture: Representations of Exclusiveness in the Soviet “Oriente”, pp. 103-118) sublinha a produção de representações, não como uma capacidade especial que cada homem tem à sua disposição, mas como prática pela qual procura continuamente re-inventar a sua realidade e a realidade dos outros (p. 118).

No capítulo seguinte, sexto, Matthias Braun (Epidemics and Revolution: Concepts of Hygiene in the Soviet Union, 1917-1941, pp. 119-140) debruça-se sobre o conceito de higiene e a relação com a organização social na União Soviética (p. 139), visível em molduras, cartazes, *posters* de higiene e práticas sanitárias em zonas periféricas do Império Soviético. Os *posters* de higiene transmitem conhecimento científico e propaganda das hierarquias sociais, enquanto conceitos revolucionários de higiene nos primórdios da União Soviética, propõem intrinsecamente novas propostas comunicando nova ordem social (p. 140).

O México pós-revolucionário é o tema do sétimo e oitavo capítulos desta obra. No primeiro, as viagens do Presidente do México Lázaro Cárdenas² são analisadas por Eugenia Roldán Vera e Carlos Martinez Valle (“The Triumphal March of the Revolution”: The Travels of Lázaro Cárdenas as President of Mexico, 1934-1940, pp. 141-164). As viagens feitas de comboio por Cárdenas assomam como sendo centrais na governação daquele líder, não apenas pelo pragmatismo político, mas também pelos elementos simbólicos que serviram para consolidar o seu poder e o mito da Revolução Mexicana (p. 163). Os autores procuram demonstrar a liderança de autoridade então construída através de uma afinada interacção simbólica da política em curso com as viagens, partindo, deliberadamente, este artigo da perspectiva do Presidente e da imprensa oficial.

No último capítulo da obra, Carlos Martinez Valle e Dafne Cruz Porchini (News Bodies, New Order: Sport and Spectacle in the Institutionalisation of the Army and Police in Post-Revolutionary Mexico, 1924-1932, pp. 165-185) partem de um álbum de fotografias, datado de 1931, sobre eventos militares e desportivos que foi dedicado ao General Joaquin Amaro³ para referirem a representação pós-revolucionária da política cultural e o processo de “institucionalização” das forças da ordem pública e da defesa. A disciplina, a eficiência e a obediência específicas do desporto funcionam como uma garantia do afastamento dos envolvidos (forças militarizadas provenientes de facções políticas) de constituírem um potencial perigo em relação ao poder constituído, substituindo o militarismo por valores como a disciplina, a honra, a lealdade e a obrigação para com os governos civis. O governo mexicano procurou transformar o exército e a escola em agências de educação e defesa, com papéis cruzados com vista à construção do global envolvimento moral, necessário à “revolução psicológica” dos mexicanos (p. 184), constituindo-se o desporto e os espectáculos de desporto como instrumentos essenciais dessa política.

Nos três casos analisados nos oito capítulos, constata-se a existência de um traço comum no estudo dos modelos de *pedagogia cerimonial*, a saber: jornadas para amplificar a Nação, cada viagem entendida como tendo objectivos concretos para alcançar contributos claros na divulgação da mensagem de determinação, revolução ou reorganização do estado, realçando a legitimidade dos líderes de então através da encenação da respectiva presença física. São igualmente perceptíveis como modelos,

² Lázaro Cárdenas del Río (1895 -1970) foi Presidente do México entre os anos de 1934 e 1940.

³ General Joaquin Amaro (1889 – 1952) foi Ministro da Guerra e da Marinha.

a construção de monumentos e a cultura de rituais, procurando estabelecer ligação com as origens e a prática de campanhas e exposições associadas ao simbolismo da modernidade e do progresso.

Luísa Marroni

Doutoranda em História pela Universidade do Porto

Anales de Historia Contemporánea, nº 25 (2009) – Monográfico sobre: *La Comunidad Gitana en España y Región de Murcia: Entre la integración y la exclusión*, 580 pp. [ISSN: 0212-65-59].

Com o presente número de *Anales* cumpre-se a primeira época (1982-2009) dirigida pelo historiador Juan B. Vilar. A revista é patrocinada pela Universidade de Murcia e editada pelo Departamento de História Moderna, Contemporânea e da América, dando expressão científica à área de História Contemporânea, do referido departamento, nomeadamente nas linhas de investigação prioritárias: Revolução liberal e território; Relações internacionais; Movimento operário e Minorias religiosas, assim como patenteia as preocupações do grupo de investigação interdisciplinar – Movimentos migratórios contemporâneos.

Publicaram-se 25 números, com mais de 500 páginas cada, contendo todos um conjunto de secções fixas: Vária, Notas críticas, Recensões, Notas bibliográficas e Documentação. Dos números editados cinco são miscelâneas e vinte temáticos.

A opção editorial radicou em visibilizar problemáticas debatidas em Jornadas promovidas pelo Departamento. Esta estratégia ancorou-se num triplo registo que traduz uma dinâmica intelectual e epistemológica interessante, que matriciada num cruzamento de saberes sociais, promove a identidade sócio-simbólica de uma região, enfatiza a crucialidade do conhecimento histórico e, por último, estimula a complexidade dos objectos de investigação.

Em simultâneo, a revista reflecte a vitalidade do núcleo de investigadores associados ao Departamento – assim como todos os jovens investigadores que são catapultados para os projectos de investigação – cumprindo ainda um requisito da Missão da Universidade: disseminar o conhecimento e contribuir indelevelmente para a paulatina caracterização do espaço onde a instituição está inserida.

Observando os sumários dos números monográficos, e independentemente das problemáticas abordadas, está patente a dialéctica entre o nacional e o regional, assim como o privilegiar de análises finas sobre problemas que atravessam a região de Murcia. Aliás, esta preocupação declina-se na centralidade da imigração, nos seus aspectos sociais, culturais, históricos e políticos (legislativos), bem como a crucial reflexão sob a formação da sociedade liberal e a dilacerante questão da Guerra Civil – e do regime de características fascista que lhe seguiu – para além de reflexões geoestratégicas sob o papel de Espanha (e da Região de Murcia).

Os sumários da Revista indiciam também que um conjunto de problemas actuais são abordados na sua densidade temporal e configurados nas suas múltiplas expressões sociológicas – o presente número é paradigmático da linha editorial, notando-se que o problema da comunidade cigana desmultiplica-se na sua diversidade teórica e analítica, como nos domínios institucionais e societais e na dimensão simbólica, revelando-se o fenómeno social na sua totalidade. Significativamente, esta é a marca de todos os números anteriores, como aqueles sobre o *Movimento operário* ou a *Guerra Civil* ou o imprescindível sobre as *Minorias religiosas em Espanha e Portugal, ontem e hoje*, entre outros.

O primeiro ciclo dos *Anales* é um sinal evidente da vitalidade académica e cívica, tendo-se desenvolvido com originalidade, rigor científico e pertinência heurística. Que o segundo ciclo, que agora se inicia, trilhe a mesma senda e que a qualidade siga sendo a identidade dos *Anales*.

José António Afonso

Instituto de Educação – Universidade do Minho

Vilar, Maria José, *Una descripción inédita de Marruecos a mediados del siglo XIX. Diario del viaje de Tânger a Fez en junio de 1866 de Francisco Merry e Colom, ministro plenipotenciario de España, en misión especial sobre Ceuta y Melilla*. Prólogo de Bernardo López García. Murcia: Universidad de Murcia, 2009, 168 pp. [ISBN: 978-84-8371].

O *Diário* que Maria José Vilar nos restitui, com uma excelente contextualização histórica (p. 21-23, 33-37 e 39-45) e uma preciosa biografia do seu autor (p. 25-31), revela-se uma peça importante para o conhecimento das relações diplomáticas entre Espanha e Marrocos no 2º quartel do século XIX. A edição proposta é acompanhada por documentação inédita de Francisco Merry e Colom, nomeadamente o copiadador da correspondência expedida que se refere à preparação da viagem diplomática (p. 47-71) e o copiadador da correspondência mantida com várias personalidades em que comenta o rescaldo e repercussões da missão (p. 103-129), para além da reprodução das gravuras (p. 131-141) de Stefano Ussi e C. Biseo que ilustraram o livro de Edmundo de Amicis, *Marrocos* [Marruecos] (Barcelona, Espasa y Cia., Editores, 1892).

O *Diário* é um texto que se abre a várias leituras e cumpre diferentes objetivos. Do caderno do viajante ilustrado ao manual do diplomata, as gramáticas convocadas entrecruzam-se numa narrativa interessante do etnógrafo mesclada com a prudência de um diplomata.

A ordem natural da região é anotada (paisagem, solo, flora, fauna) e a ordem social descrita (cidades, portos, povoações, costumes, tradições) com a finalidade de possibilitar a compreensão da comunidade exótica, evidenciando já a diferença entre formas do saber natural e antropológico, através de um padrão ilustrado que tipifica a diferença. Diz-nos Maria José Vilar: “ (...) descrição inédita do país [Marrocos] em meados do século XIX, seguindo uma rota sobre a qual em alguns troços não há informação coetânea alguma ou anterior, pelo menos de fontes europeias” (p. 36), que se traduz nas dimensões geográfica; demográfica e social; económica; cultural, e política – “dinâmica interna do país e o seu passado histórico imediato, as variáveis relações dos poderes regionais e locais, a segurança e a insegurança nas zonas rurais, a dupla dimensão política e religiosa da autoridade do sultão, os limites dessa autoridade e o protocolo da sua corte, incluindo interessantes detalhes sobre a sua pessoa, relações familiares e colaboradores próximos” (*id.*). O detalhe de captação do social ultrapassa alguns estereótipos, revelando-se, neste aspecto, um compêndio importante para o relacionar e negociar com a corte marroquina, como notou Bernardo López García no Prólogo.

Francisco Merry e Colom teve como missão diplomática negociar e resolver diferentes contenciosos levantados pelo incumprimento, por parte de Marrocos, de vários artigos convencionados no Tratado de Paz e Amizade de 26 de Abril de 1860, que culminou a crise bélica entre Espanha e Marrocos de 1859-60 e estabeleceu uma alfândega na fronteira de Ceuta e Melilla, imprimindo-se desta forma um novo impulso ao comércio entre os dois países, reprimindo o contrabando e reforçando a segurança nas fronteiras, de modo a evitar os incidentes (com os Kabiles limítrofes) que originaram o contencioso de 1859.

Francisco Merry e Colom era um conhecedor de Marrocos, já lá tinha estado em outras missões, e um defensor intransigente da importância de Marrocos como um dos eixos da política exterior, que deveria desenvolver Espanha, em paralelo com Gibraltar e Portugal. Lutava, deste modo, contra o indiferentismo e o abandono político e económico do território. Mas Colom, enquanto diplomata, procurou intrinsecamente a “especialização nos assuntos marroquinos de um certo número de profissionais da carreira diplomática e consular” (p. 29). Este contexto dita, em parte, que o relato que fez dos onze dias de viagem por terra entre Tânger e Fez, não redunde num árido documento de chancelaria, mas, pelo contrário, crie um texto onde o detalhe do processo de negociar é apreendido na sua especificidade e complexidade, não escapando qualquer pormenor de estratégia e disputa retórica, transformando o *Diário* num texto que tem implícita uma convicção – o diplomata é um religador de interesses com base no princípio de soberania de cada estado –, e explícita uma mensagem – o diplomata deve observar, conhecer e compreender os povos com quem negocia, estabelecendo, deste modo, um princípio de respeitabilidade.

José António Afonso

Instituto de Educação – Universidade do Minho

Maria Rita Lino Garnel (coord.), *Corpo. Estado, medicina e sociedade no tempo da Iª República*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010 (160 páginas, €15,90)

Sendo o quarto dos cinco catálogos das exposições organizadas pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, esta obra é a que encerra a memória da exposição *Corpo. Estado, medicina e sociedade no tempo da Iª República*, que integrou o conjunto das *Exposições do Centenário* em articulação com o eixo *República e Ciência*, que decorreu no Torreão Poente do Terreiro do Paço em Lisboa entre 23 de Julho e 30 de Dezembro de 2010. Daí que abordar o livro seja também lançar um breve olhar sobre uma das exposições mais visitadas no conjunto de todas as que integraram o programa das comemorações. A julgar pelas 50.830 visitas que acolheu em pouco mais de 5 meses, foi a que mais interesse despertou no público, uma vez que a mais visitada esteve patente no Porto durante 11 meses, acumulando 53.364 entradas⁴.

Ao folhear este *Corpo. Estado, medicina...*, o leitor é presenteado com um políptico dedicado à visão sintética e estruturada dos ideais e concretizações político-sanitários do Estado republicano e a sua inter-relação com a classe médica. Numa altura em que consolidava o seu poder e prestígio, ao mesmo tempo que reforçava a sua vocação social, a medicina reafirmava o seu lugar nos desígnios do novo ciclo político republicano. Mais do que tratar apenas o corpo individual, era a altura em que se tratava também do corpo social, aplicando à sociedade o seu olhar clínico, normalizador e normativo em prol da saúde colectiva, ajudando a formatar a consciência sanitária nacional.

Não defraudando as expectativas, e no seguimento de uma exposição que se pautou por padrões de elevada qualidade, o catálogo que a sucede perpetua essa marca qualitativa, muito assente na soberania discursiva da imagem. Com o cunho inconfundível de Rita Garnel, que também comissariou a exposição, a coordenadora desta edição teve aqui a oportunidade para colocar a tónica narrativa no relacionamento entre a emergência do poder médico e a sua relação com o poder político, desenhado numa perspectiva filosófica assente no prisma paradigmático do biopoder foucaudiano.

O conteúdo empírico do artigo de abertura, articula-se convincentemente com a teoria biopolítica de Michel Foucault, filósofo que contribuiu para a temática do poder médico com uma abordagem sobre a intervenção do Estado no processo de organização dos saberes médicos e tecnológicos, ao mesmo tempo que não hesitou em associar a medicina a uma instância de controlo social, fruto das crescentes necessidades de controlo biopolítico das populações⁵. E, de facto, esse paradigma assenta como uma luva à exposição, que acabou por nos proporcionar uma visão alargada e perspicaz da medicina na história da Iª República, onde é o corpo que acaba por ser o conceito central, e não tanto uma iatrogénica história da medicina balizada entre 1910 e 1926.

Os discursos das elites médicas, científicas e políticas reportam-se ao corpo enquanto cerne do saber médico, mas também ao organicismo e ao entendimento organicista como ideia estruturante, pensamento que de acordo com Garnel "(...) *continuava a pautar a leitura da sociedade*".⁶ Tratou-se então de interpretar as relações dos médicos com o corpo individual e social.

A inclusão de fotografias de objectos, documentos e imagens ilustradoras do mundo da saúde e da doença no primeiro quartel do século XX, a que acresce uma composição gráfica irrepreensível – ou não estivéssemos perante uma edição da INMC – abrem o apetite de quem folheia e se embrenha nesta

⁴ Cf. Exposições do Centenário da República visitadas por mais de 180 mil pessoas (disponível in http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Vida/Interior.aspx?content_id=1754824&page=-1 – consultado em 09/03/2011)

⁵ Cf. Michel Foucault, *Microfísica do Poder*. (17ª Edição, Rio de Janeiro: Graal, 2002); Michel Foucault, *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. (Petrópolis: Editora Vozes, 1998); Michel Foucault, *El nacimiento de la clínica. Una arqueología de la mirada médica*. (Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1999); Michel Foucault, «*Il faut défendre la société*». *Cours au Collège de France (1975-1976)* (Paris: Gallimard/Seuil, 1997)

⁶ Maria Rita Lino Garnel, "Corpo. Estado, medicina e sociedade no tempo da Iª República" in *Corpo. Estado, medicina e sociedade no tempo da Iª República*, coord. Maria Rita Lino Garnel (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010), 7.

herança visual, convertendo-se em si mesma num prólogo que completa e torna ainda mais estimulante a leitura dos 9 artigos que dão “Corpo” a este catálogo. Neste autêntico *mare magnum* visual evocam-se as doenças, recordam-se os instrumentos e técnicas médico-cirúrgicas, as faculdades de medicina, os investimentos, a vacinação... Observa-se ainda o corpo normal (corpos saudáveis, doentes ou objectos do ensino médico), mas também o corpo desviante: prostitutas, loucos, mutilados de guerra, criminosos. Com um destaque conscientemente assumido, a imagem é a parte principal do catálogo, como já o tinha sido da exposição, formatando o leitor para os artigos que se seguem.

Os estudos monográficos preenchem pouco mais de metade da obra, depreendendo-se da dificuldade em escrever uma narrativa unificadora sobre a história da saúde, quando se reconhece a necessidade de impor uma multiplicidade de visões e problematizações necessárias às abordagens de conjunto. Mesmo assim, o repto foi plenamente atingido, quer pela sistematização escolhida, quer pela qualidade analítica dos artigos. Divididos em três núcleos: *Corpo Médico*, *Corpo Saudável* e *Governo dos Corpos*, os textos seguem uma linha narrativa ditada pela sistematização atribuída aos conteúdos.

O *Corpo Médico* verte o seu olhar inicial sobre Egas Moniz, personagem que João Lobo Antunes dissecou politicamente em “*Algum ilusório sucesso e muitas contrariedades.*” *Egas Moniz, político da I República*, sendo seguido pelo mais abrangente artigo de Maria de Fátima Nunes sobre *As sociabilidade médico-científicas*. Por seu turno, Madalena Esperança Pina debruçou-se sobre *As faculdades de medicina na I República*, enquanto João Rui Pita encerra este núcleo com um trabalho de síntese sobre *A farmácia na I República*.

Passando ao *Corpo Saudável*, Alexandra Alegre abre (e encerra) o dossier com *Saúde, higiene e arquitectura escolar. Os primeiros liceus da I República*, ao passo que no *Governo dos Corpos* Jorge Fernandes Alves parte de um formulário adoptado por um dos primeiros decretos do governo provisório aplicado na correspondência oficial (*Saúde e fraternidade. A saúde pública na I República*) para realizar um balanço entre a acção legislativa em prol da saúde pública e os resultados práticos obtidos. Ainda neste aspecto da “governança do corpo” mas na sub-vertente dos *Corpos Excluídos*, José Morgado Pereira realiza uma síntese sobre a doença mental (*A psiquiatria no tempo da I República*), enquanto Jorge Costa Santos se coloca em redor do *Corpo desviante. Um olhar médico-legal*, encerrando o catálogo com a morte do corpo, qual corolário da vida.

Não se esgotando nem limitando a uma audiência académica ou apenas médica, esta obra é recomendável a uma audiência mais vasta, interessando tanto ao público com mero interesse lúdico pelas imagens de um tempo passado, como àquele que encontra nos artigos uma súpula de análises sobre múltiplos aspectos da saúde e medicina na I República, solidamente escoradas no rigor do trabalho historiográfico.

Trata-se de um contributo importante que se destaca pela originalidade do olhar multifacetado, quase à laia de mosaico polimorfo que reúne num só volume o impacto e acutilância da imagem, da fotografia, e do instrumental associado ao universo médico-farmacêutico, acrescido de estudos realizados por reconhecidos especialistas que se organizam em redor de um espírito historiográfico que soube detectar com clareza os objectivos, esperanças, realizações e contradições enfrentadas pelo “*Governo do Corpo*” na I República.

Rui Manuel Pinto Costa

Investigador do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço, Memória”)